

POR NENHUMA MULHER A MENOS

Mulher negra, periférica, mãe, lésbica, guerreira. Essa era Marielle Franco, quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, executada brutalmente em 14 de março de 2018 juntamente com o seu motorista, Anderson Gomes. Infelizmente, essa também é a história de milhares de mulheres negras brasileiras, vítimas do fascismo, do racismo e do machismo que têm tomado proporções assustadoras no país.

Foi por defender o bem estar social dos esquecidos pelo poder público brasileiro. Foi por denunciar os abusos de autoridades e a violência policial contra moradores de favelas. Foi por declararadamente ser contra a intervenção federal no estado, que completou um mês no último dia 16. Foi, em suma, por defender os direitos humanos.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 3: Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 5: Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 28: Toda pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

#MariellePresente

● PÁG. 2
RESISTÊNCIA NA CAIXA REQUER FOCO NA DEFESA DA FUNCEF E DO SAÚDE CAIXA

● PÁG. 3
FUNCEF ENFRENTA RETROCESSOS DANOSOS AOS PARTICIPANTES

● PÁG. 4
ATO NA CÂMARA FAZ DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA E DOS DIREITOS DOS EMPREGADOS

● PÁG. 5
COMITÊ DEFINE NOVAS AÇÕES PARA COMBATE AO DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS

RESISTÊNCIA NA CAIXA REQUER FOCO NA DEFESA DA FUNCEF E DO SAÚDE CAIXA

A Caixa e os direitos e conquistas dos seus empregados e aposentados estão sob crescente ameaça desde que Michel Temer assumiu o comando do país com equipe ministerial e base partidária comprometidas com a eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários, com as privatizações e com a destruição das políticas sociais.

É a partir deste entendimento que o Sindicato direciona suas ações para a defesa da Caixa 100% pública, com mobilização dos bancários e denúncias à sociedade. A resistência à ofensiva que aconteceu ao longo de 2017 pela

abertura do capital da empresa resultou em vitória do movimento dos empregados, mas, na avaliação do diretor **Antonio Abdan**, "essa é uma batalha ainda não decidida e que terá que ser travada até que a privatização dos bancos públicos saia de vez da pauta do governo".

Para o diretor do Sindicato, essa luta precisa ser feita diariamente e a partir da defesa de todos os direitos até aqui conquistados pelos bancários e bancárias da Caixa, sobretudo daqueles que estão estabelecidos no contrato de trabalho, como nos casos do plano de saúde e da complementação da apo-

sentadoria. "Nenhum direito a menos, sejam os relacionados ao trabalho ou os referentes ao Saúde Caixa e ao nosso fundo de pensão, a Funcef", enfatiza Abdan.

Para o Sindicato, é preciso conhecer para defender. "É necessário que cada um de nós, empregado da Caixa, se aproprie das conquistas históricas do nosso movimento, especialmente das que estão no Acordo Coletivo, e contribua com a luta coletiva, porque é com união e mobilização que vamos manter os nossos direitos e garantir a Caixa 100% pública".



SAÚDE CAIXA SOB AMEAÇA DE DESTRUIÇÃO

ENTIDADES COBRAM RESPEITO AO ACORDO COLETIVO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 28/01/2018 | Edição: 19 | Seção: 1 | Página: 49
Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão / Gabinete do Ministro
RESOLUÇÃO Nº 23, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Art. 11. Os editais de processos seletivos para admissão de empregados das empresas estatais federais não deverão prever o oferecimento de benefícios de assistência à saúde.

Art. 10. As empresas que concedem benefícios de assistência à saúde, na modalidade autogestão, que não se enquadrem nas condições estabelecidas no art. 9º:

- I deverão fechar seus planos para adesão de empregados admitidos após a entrada em vigor desta Resolução; e
- II somente estarão autorizadas a oferecer para seus novos empregados benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso.

O plano de saúde dos empregados e aposentados da Caixa sofre, nesse momento, ameaça de destruição do seu modelo de autogestão. A situação de insegurança decorre da resolução nº 23 publicada pela Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A medida atropela as normas da empresa e o acordo coletivo de trabalho. Na avaliação do Sindicato e das demais entidades representativas dos bancários, assim como das de trabalhadores das estatais em geral, as mudanças não só destroem o modelo de autogestão em saúde como comprometem a sustentabilidade dos planos e, conseqüentemente, a garantia de assistência ampla e de qualidade aos usuários.

Entre outras coisas, a resolução CGPAR nº 23 proíbe que os custeio da empresa seja maior que o dos funcionários, retira o

custeio para a fase pós laboral, e determina cobrança por dependente e idade. Ficam proibidas novas adesões aos planos e é instituída a figura de reembolso para novos funcionários - os trabalhadores que ingressarem nas empresas públicas serão forçados a procurar planos de saúde privados.

Para o Sindicato, as alterações simplesmente destroem uma das maiores conquistas dos empregados da Caixa, que é o Saúde Caixa. "Isso representaria um passo gigantesco na investida do governo contra os direitos dos empregados e aposentados", alerta a diretora **Fabiana Uehara**.

Se as alterações para autogestão em saúde são injustificáveis nas estatais em geral, na Caixa são completamente descabidas, já que a empresa sequer se enquadra entre as de economia mista.

Diante das ameaças, a Contraf-CUT e a Comissão Executiva de Empregados enviaram ofício à Caixa cobrando respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho e ao modelo de custeio do Saúde Caixa, além de transparência na gestão e de funcionamento dos planos.

O documento exige garantia de assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fonoaudiológica e fisioterápica, assim como a manutenção de serviços sociais e medicina alternativa reconhecidos pelo Ministério da Saúde aos usuários e respectivos dependentes.

As representações dos empregados cobram também acesso a informações, dados e documentos que são indispensáveis para consolidação da responsabilidade mútua sobre os recursos do Saúde Caixa. "Cobramos da Caixa o que foi acordado. Temos direito a ter acesso às informações do plano de saúde dos trabalhadores", enfatiza **Fabiana Uehara**, diretora do Sindicato e da Contraf-CUT.



FUNCEF ENFRENTA RETROCESSOS DANOSOS AOS PARTICIPANTES

A Funcef está entre os alvos centrais da estratégia do governo de solapar direitos e conquistas dos empregados da Caixa e fazer avançar o processo de desmonte da empresa.

A aposentadoria complementar com contribuição paritária ao fundo de pensão é parte do contrato de trabalho e figura entre os principais benefícios oferecidos para ingresso na empresa. Daí a razão desse direito estar sendo fortemente atacado nesse momento em que se busca minar as estruturas da Caixa como empresa pública.

A marcha do retrocesso na Funcef coloca em risco a paridade na contribuição para os planos, sobretudo a partir do precedente

já aberto no equacionamento do déficit do REG/Replan Não Saldado com a contribuição da Caixa menor que a dos participantes.

O Sindicato destaca outros graves problemas a serem enfrentados na Fundação, entre os quais o passivo judicial (contencioso) e a redução da meta atuarial.

REDUÇÃO DA META

A Funcef publicou em 22 de dezembro de 2017 a decisão de reduzir a meta atuarial dos planos de benefícios de 5,5% para 4,5%. A medida foi aprovada com voto dos diretores e conselheiros eleitos, o que torna imprescindível uma reação contundente dos participantes e suas entidades

representativas.

O custo da redução da meta é da ordem de R\$ 6,6 bilhões em reservas e quem vai bancar é o participante. Os participantes do REB e no Novo Plano, quando acessam a área de Autoatendimento no site da Funcef para realizar simulações de benefícios, encontram projeções de cerca de 10% menores em comparação com dezembro de 2017.

A Funcef alega que a redução da meta é necessária para preservar a solvência do REG/Replan Saldado e do Não Saldado. Mas, na verdade, o ajuste foi feito com o objetivo de facilitar a vida dos dirigentes da Funcef frente ao desafio de alcançar rentabilidade compatível com a meta atuarial.

CONTENCIOSO JUDICIAL

O passivo judicial é atualmente o maior fator isolado dos déficits nos planos da Funcef. O valor provisionado para o contencioso cresceu 84% desde 2014, saltando de R\$ 1,4 bi para R\$ 2,6 bi. O cálculo da perda possível, cuja probabilidade é de 50%, aponta impacto negativo de R\$ 15,3 bi.

Esse é um problema de inteira responsabilidade da Caixa, porque decorre de demandas judiciais ensejadas pela política de pessoal da empresa, especialmente as relacionadas ao CTVA. Mas a dívida está sendo paga pelos participantes.



O Sindicato entende que o foco na exigência para que a Caixa responda pelo contencioso deve permear a luta por respeito aos direitos de empregados e aposentados. *"A solução dessa dívida é fundamental para o equilíbrio e a sustentabilidade dos planos e para a desoneração dos participantes nos equacionamentos de déficits"*, acentua a diretora do Sindicato **Rafaella Gomes**.

ELEIÇÕES NA FUNCEF DE 2 A 4 DE ABRIL: SINDICATO APOIA A CHAPA 3

Os participantes da Funcef renovam por voto direto, nos dias 2, 3 e 4 de abril, os mandatos de diretores e conselheiros na Funcef. O Sindicato definiu apoio à Chapa 3, a Chapa do Participante – Caixa Pública, Funcef Forte, cuja proposta é trabalhar de forma independente e autônoma, reforçando a capacidade de luta pela manutenção e ampliação de direitos de todos os participantes da Fundação.

A Chapa do Participante conta com representantes dos diversos segmentos de trabalhadores da Caixa e tem o apoio das entidades sindicais e associativas comprometidas com os interesses dos participantes da Fundação.



PROPOSTAS DA CHAPA DO PARTICIPANTE



- Cobrar o contencioso judicial.
- Restabelecer a paridade em todos os planos.
- Rever a redução da meta atuarial.

- Incorporar o REB ao Novo Plano.
- Reestruturar o Credplan.
- Rever metodologias de equacionamento.
- Equilibrar os planos.
- Defender manutenção e ampliação dos direitos dos participantes.
- Estabelecer mecanismos de inclusão do participante em processos decisórios.

- Resgatar o papel dos Comitês de Assessoramento Técnico.
- Instituir seleção para conselheiros em empresas.
- Criar o comitê permanente "Caixa Pública, Funcef Forte".
- Estabelecer novas políticas de governança.

COMO VOTAR? NOS DIAS 2, 3 E 4 DE ABRIL PELO AUTOATENDIMENTO NO SITE OU APLICATIVO DA FUNCEF.

ATO NA CÂMARA FAZ DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA E DOS DIREITOS DOS EMPREGADOS

Em sessão solene em homenagem aos 157 anos da Caixa Econômica Federal, dia 12 de março, na Câmara dos Deputados, a deputada federal **Erika Kokay** (PT/DF) afirmou “que a vida exige a existência e o fortalecimento da instituição financeira”. Ela destacou que “o maior patrimônio do banco são aqueles que constroem e enfrentam todas as adversidades históricas para manter essa empresa servindo ao povo brasileiro”.

De iniciativa da deputada, que também é empregada da Caixa, a solenidade contou com a participação de Gilberto Occhi, presidente da instituição; deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara; Miguel Lobato, coordenador nacional do Fórum da Reforma Urbana; Eduardo Araújo, presidente do Sindicato; Rodrigo Britto, presidente da CUT Brasília; e Jair Pedro, presidente da Fenae; entre outras autoridades.

Erika destacou que a Caixa é responsável pelos grandes avanços sociais e econômicos do país. “Com o gerenciamento de 70% do crédito imobiliário do Brasil, centralizou as contas do FGTS possibilitando o controle dos trabalhadores sobre os seus próprios recursos, além de ser uma grande articuladora de políticas sociais. Essa instituição está em todas as cidades e



municípios funcionando e dialogando com todos os brasileiros”, esclareceu.

Eduardo Araújo alertou sobre a necessidade de manter não só a Caixa 100% pública, mas também forte para que ela possa continuar prestando serviços para o país. Ele comentou que sempre esteve bastante próximo da instituição financeira, e realizou sonhos com as oportunidades oferecidas pelo banco, como a residência própria e a faculdade financiado pelo Fies. “A Caixa fez parte da minha vida, assim como de milhões de brasileiros”, ressaltou.

O dirigente sindical parabenizou os empregados da Caixa, “que são combatentes e extremamente qualificados”. E pediu à

direção do banco para ter uma maior aproximação e mais diálogo com os representantes dos empregados e empregadas, para que eles possam sentir que a direção da empresa não os abandonou. “É fundamental fortalecer o corpo funcional da Caixa”, frisou Araújo.

Representando a Associação dos Economiários Aposentados da Caixa Econômica Federal, a diretora do Sindicato **Helenilda Cândido** reforçou a necessidade de valorização do corpo funcional e ressaltou: “Nós, aposentados, estamos preocupados com a nossa sobrevivência. Por isso, olhem com atenção a questão da manutenção do Saúde Caixa e da previdência privada”.

Papel social

Miguel Lobato, também representante dos usuários da Caixa, apontou: “Essa instituição financeira transforma efetivamente a vida da população mais pobre desse país, pois já contratou mais de 3 milhões de unidades habitacionais, dialoga com o Bolsa Família, e promove a infraestrutura e o saneamento da melhor forma”.

Segundo Lobato, graças à Caixa, houve uma inédita inversão no mercado imobiliário a partir de 2005. “A maioria das habitações foi para a população de baixa renda. Até então, o mercado só financiava para a alta renda. A gente conseguiu ter um saldo de qualidade. Ter um banco público como a Caixa aceitado esse desafio, para nós foi importante”, frisou.



Erika Kokay

Deputada federal (PT-DF)



Rodrigo Britto

Presidente da CUT Brasília



Eduardo Araújo

Presidente do Sindicato



Helenilda Cândido

Diretora do Sindicato

COMITÊ DEFINE NOVAS AÇÕES PARA COMBATE AO DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS

se é público,
é para todos



A política de desmonte promovida pelo governo Temer nas empresas públicas é generalizada e está ocorrendo de várias formas, com a privatização parcial ou total. Essa é uma das avaliações dos representantes do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que realizaram no último dia 9, em Brasília, a primeira reunião do ano. Além das exposições e análises foram elencadas ações que serão realizadas pelo comitê



para denunciar e tentar reverter esse quadro (veja no box).

Um dos ataques mais cruéis às estatais e seus trabalhadores está no corte de direitos. “No caso específico dos planos de saúde, as alterações têm como base as resoluções aprovadas pela CGPAR que incentiva a privatização das gestões de saúde para privilegiar o capital privado”, denuncia a coordenadora do comitê, **Rita Serrano**, também conselheira de Administração eleita da Caixa.

AÇÕES CONJUNTAS EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DOS SEUS EMPREGADOS

- Construção de plataforma de propostas de governo que valorize o patrimônio público e o desenvolvimento do País, a ser entregue aos candidatos que vão concorrer nas eleições de outubro. Será divulgado o nome daqueles que se comprometerem com a carta-compromisso;
- Realização de plenária no Congresso com a participa-

ção de representantes das diversas frentes criadas em defesa das empresas públicas para definir ações conjuntas no Parlamento;

- Trabalhar com formadores de opinião, fornecendo dados que subsidiem a contraposição à versão oficial do governo de que as empresas públicas causam prejuízos;
- Acompanhar de perto projetos que estão em andamento no Congresso, dentre eles o PL 9215/2015, que trata da Gestão das Estatais.

APAGÃO PROVOCADO POR EMPRESA PRIVADA CHINESA ATINGE TODO O BRASIL

Um apagão, que teve início às 15h48, foi sentido em todo o Brasil, na quarta-feira 21. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram o restabelecimento da energia em 27 minutos. Já os estados mais atingidos foram Amazonas, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Amapá, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Todos nas regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os trabalhadores do Sistema Eletrobras, a falha começou em uma linha de transmissão operada pela empresa privada chinesa State Grid, que opera Belo Monte/Furnas, após a realização de testes em pleno horário comercial.

O diretor do Sindicato dos Eletricitários



de Campinas e Região (Sinergia) Wilson Marques lembra que Belo Monte e toda a sua linha de transmissão é de iniciativa privada. O apagão, lembra Wilson, ocorre justamente num momento em que se discute a privatização da Eletrobras pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP).

BANCOS, OS QUE MAIS LUCRAM, E BEBIDAS TÊM OS MAIORES DESCONTOS NO REFIS

Bancos e fabricantes de bebidas foram os setores que conseguiram os maiores abatimentos em suas dívidas dentro do Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários da União. Os cortes ultrapassaram 50% do valor da dívida inscrita.

Lançado no início de 2017, o Refis foi aprovado pelo Congresso em dezembro com condições mais vantajosas do que pretendia o governo. Os dados não incluem o total dos débitos considerados pela

Receita Federal.

As mil maiores dívidas inscritas no Refis obtiveram descontos de R\$ 11,7 bilhões - um terço do total. O setor bancário concentrou os maiores descontos. Quatro de cinco instituições abateram mais da metade de sua dívida - Itaú Unibanco, Safra, Santander e Rural (em liquidação extrajudicial). Juntos, esses bancos negociaram uma dívida de R\$ 657,3 milhões. Terminaram se comprometendo a pagar R\$ 302 milhões.

BANCÁRIOS MARCAM PRESENÇA NA 13ª EDIÇÃO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018



Representando os bancários de Brasília, diretores do Sindicato e da Fetec-CUT/CN estiveram presentes à 13ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em Salvador entre os dias 13 e 17 de março. O evento, que teve como slogan “Resistir é criar, resistir é transformar”, contou com a participação de cerca de 60 mil pessoas de 120 países.

Logo no primeiro dia, os bancários engrossaram as fileiras da grande Marcha de Abertura do Fórum, na praça do Campo Grande, contra os retrocessos e os ataques à democracia no Brasil.

No dia 14, as diretoras do Sindicato Marianna Coelho, Zezé Furtado e Raissa Alves, além da dirigente da Fetec-

-CUT/CN **Louraci Moraes**, participaram do debate “Mulheres, Democracia e Direitos”. Já o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, foi um dos expositores da Oficina Etnodesenvolvimento, promovida no dia 15, quando falou da importância da democracia e da mídia alternativa na promoção do etnodesenvolvimento



- uma forma de pensar o desenvolvimento sustentável para determinadas comunidades cuja cultura é marginalizada pelo capitalismo.

Houve ainda, nos dias 14 e 15, realizadas pela Contraf-CUT, uma mesa de diálogo e uma conferência com o tema “A era do capital improdutivo: o FSM 2018 e a ampliação das resistências”.

MARCHA ENCERRA O FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA



Em 22 de março, Dia Mundial da Água, mais de 7 mil pessoas marcharam em Brasília contra a mercantilização dos recursos hídricos e por uma gestão de sua distribuição mais justa e igualitária. A manifestação marcou o encerramento do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado entre 17 e 22 de março, e reuniu povos de todo o mundo em defesa desse precioso bem natural que tem atraído a ganância das grandes organizações, que estavam reunidas no Fórum Mundial da Água, o ‘Fórum das Corporações’, realizado também em Brasília.

JESSÉ SOUZA EM DEBATE NO SINDICATO: "NINGUÉM NASCE IMBECIL"



O Teatro dos Bancários lotou na noite no último dia 12 para o debate com o sociólogo Jessé Souza, autor do livro *A elite do atraso – Da escravidão à Lavajato*. A obra supre uma lacuna jamais ocupada por pensadores de esquerda na explicação do Brasil desde o princípio.

Segundo o autor, o que impera no país é uma interpretação hegemônica, numa transmissão cultural que se dá naturalmente: as ideias construídas

no seio da elite são assimiladas sem resistência. “São mais contundentes que a repressão e a violência física”, enfatiza.

O olhar de Jessé para o sistema de dominação controlado culturalmente pela elite do dinheiro com a anuência da classe média o levou a concluir que “ninguém nasce imbecil, mas qualquer um pode ser enredado nessa teia e assim ser tratado”. Segundo ele, uma das ideias que nos fazem de “imbecis” é a de que nada acontece a partir do mercado, mas do Estado estruturado para roubar.

O debate foi conduzido pela deputada federal Erika Kokay e aberto com intervenções do presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, e do presidente da Fena, Jair Pedro.

EM DEBATE NO SENADO, CUT BRASÍLIA E VIGILANTES EXIGEM DIREITO DE GREVE

Questões como o direito de greve, a negociação coletiva e a organização sindical foram amplamente debatidas pelos presentes à audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, do Senado, no dia 19, comandada pelo senador Paulo Paim. Após os debates, esse documento será compilado e entregue aos candidatos nas eleições.

Dirigente da CUT Brasília, Julimar Roberto disse que a reforma trabalhista representou um atropelamento da classe trabalhadora. A recente greve dos vigilantes, motivada pela irresponsabilidade dos patrões de tentar implantar a todo custo a reforma trabalhista na convenção coletiva, prova isso.

COMUNIDADE NEGRA COBRA AÇÕES MAIS EFETIVAS DO PROGRAMA AFROEMPREENDEDORES



Dando sequência às comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no dia 21, o Sindicato promoveu dia 20 um debate sobre Economia Solidária da População Negra no DF e Entorno. Representantes da comunidade negra cobraram ações mais efetivas referentes ao Plano Operativo do Programa Afroempreendedores do DF, instituído pela Lei nº 5447/2015 e cujas diretrizes foram dadas pela Portaria nº 161, de 2017, da Sepir/DF.

O evento foi iniciado com a apresentação musical da cantora e instrumentista Nãnan Matos. Compuseram

a mesa o representante da Subsecretaria de Igualdade Racial, da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sepir/DF), Victor Nunes, a afroempreendedora Maria das Graças Santos, e os especialistas em Economia Solidária, Karla Patrícia, e em Controle Social sobre o Estado, Antônio Gomes.

O diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**, mediador do debate, considerou o encontro bastante produtivo e frisou que o governo e a sociedade precisam dialogar mais. “É preciso ações mais efetivas”, avaliou.

Para a diretora do Sindicato **Elis Regina**, “eventos como esse possibilitam a dis-

cussão da necessidade de promoção de políticas públicas que estabeleçam o equilíbrio de oportunidades e pontuam estratégias e ações para o fortalecimento e desenvolvimento dos afroempreendedores nos diversos segmentos econômicos do DF”.



SINDICATO REALIZA SUA 1ª FEIRA DE AFROEMPREENDEDORISMO



Antes do debate, o Sindicato promoveu sua 1ª Feira de Afroempreendedorismo e Economia Solidária no DF, em sua sede, como parte das comemorações do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, e que contou com estandes de diversos expositores, com uma variedade de produtos afros.

Participaram da feira a EcoAgrovila Renascer, Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (Arenquim), Rabiscos Feministas, Acarajé & Cia, Santinha Moda Afro e Associação dos Remanescentes do Quilombo das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura (Arquitov). E ainda os expositores Rainhas Coroadas, Rainha Tereza de Benguela, Bazar Afro, Afro N'Zinga e Tambor e Arte, que fazem parte da Frente de Mulheres Negras.

Jornalista e integrante do Movimento Negro Unificado do DF e da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, Jacyra Silva destacou que a iniciativa do Sindicato “significa a valorização das mulheres negras que estão nos espaços de produção da cultura afro-brasileira”.

Filha do quilombola José Antonio Ventura, Daniele Ventura (do grupo Arquitov), contou que são mais de 30 famílias (de MG e do DF) unidas na produção de bijuterias, acessórios, turbantes, cadernos personalizados e marcador de páginas, entre outros apetrechos.

INTERVENÇÃO NO RIO

REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL É O CAMINHO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

A questão do decreto que prevê a intervenção federal no Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao comprometimento da ordem pública, é uma amostra inequívoca de como as raízes da violência são precariamente debatidas em nosso país.

CRISE ECONÔMICA E DESEMPREGO

Embora a segurança pública abranja questões complexas, há que se destacar que o país ainda enfrenta profunda crise econômica, expressa, sobretudo, pelo aumento generalizado do desemprego. Enquanto no Brasil a taxa de desocupação atingiu um contingente de mais 12,3 milhões de desocupados

no 4º trimestre de 2017, no Rio essa mesma taxa alcançou cerca de 1,3 milhões.

DESIGUALDADE SOCIAL

Há que se citar também que o problema da segurança pública depende fortemente de políticas estruturantes para amenizar a desigualdade social no país. Lamentavelmente a desigualdade social coloca o Brasil como um país entre os piores perfis de distribuição de renda no mundo. Pelo indicador do Coeficiente de Gini, o Brasil está situado na posição de 10º mais desigual do mundo e o quarto da América Latina.

E segundo o relatório da ONG britânica Oxfam, de outubro de 2017, apenas seis brasileiros mais ricos no país pos-

suem a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. A desigualdade brasileira também fica evidente nas comparações relativas à questão de gênero. Mesmo com maior escolaridade, segundo os dados da PNAD contínua, a remuneração média das mulheres com ensino médio equivale a 66% do ganho médio dos homens na mesma condição de escolaridade.

TETO DOS GASTOS PÚBLICOS E RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

É no cenário de crise econômica e política que ganhou força a retomada no Brasil da agenda liberal conservadora. Na fragilização do Estado, o aspecto mais relevante foi a apro-

vação do “teto dos gastos públicos”, que congelou em termos reais os gastos orçamentários e engessou a implementação de políticas públicas para os próximos 20 anos (até 2036). Em 2017, apenas 0,37% do orçamento da União foi executado com segurança pública.

Em outra linha, a aprovação da lei que autorizou a renegociação das dívidas dos Estados com a União foi outra medida de fragilização da atuação dos Estados, sobretudo do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, até então considerados entre os Estados com o maior nível de endividamento com a União.

Por Max Leno,
economista do Dieese,
seção Bancários

PALCO CERRADO CONTA MAIS DE 120 PROJETOS NA DISPUTA

Mais de 120 projetos se inscreveram e estão na disputa para o 1º Palco Cerrado – Festival de Múltiplas Linguagens, que vai abranger apresentações artísticas no Teatro dos Bancários nas séries Música e Artes Cênicas. A Avuá Produções, juntamente com o Teatro, agradece o número expressivo de interessados em mostrar o seu trabalho, o que comprova a importância de um evento como esse, assim como a dimensão da produção cultural do DF.

No dia 6 de abril será feita a divulgação (pelo site do Sindicato e por e-mail) das 16 apresentações artísticas que irão compor a programação do festival, que terá quatro show artísticos e 12 espetáculos de artes cênicas. As propostas inscritas concorrerão a uma única apresentação no evento, que acontecerá no período de 17 de maio a 20 de agosto.

Confira o calendário completo do Palco Cerrado em bancariosdf.com.br.

LUTA DAS PESSOAS LGTBs FOI TEMA DO TV BANCÁRIOS WEB



A edição do dia 14 de março do TV Bancários Web apresentou um debate sobre a pauta de luta da população LGBT. Como convidados, o programa recebeu Daniela Auriema e Theo Linero, pessoas trans, bancários do BB e militantes LGTBs.

Os convidados contaram

como lidam com situações de preconceito e explicaram a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Daniela e Theo aproveitaram para dar dicas de expressões e palavras LGTBfóbicas que devem ser retirados do nosso vocabulário. Confira no portal.